

842-08

MARCELLO CAETANO

ACTUALIDADE DO MUNICIPALISMO

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO DO PRESIDENTE
DO CONSELHO AOS PARTICIPANTES DO II COLÓQUIO
NACIONAL DE MUNICÍPIOS EM LOURENÇO MARQUES.
PALÁCIO DE SÃO BENTO, 14 DE JUNHO DE 1971.

1173

15-9-75

MARCELLO CAETANO

ACTUALIDADE DO MUNICIPALISMO

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO DO PRESIDENTE
DO CONSELHO AOS PARTICIPANTES DO II COLÓQUIO
NACIONAL DE MUNICÍPIOS EM LOURENÇO MARQUES.
PALÁCIO DE SÃO BENTO, 14 DE JUNHO DE 1971.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1 9 7 1



INCORPORAÇÃO

325

S. N. F.
7773

ACTUALIDADE
DO MUNICIPALISMO

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
VOLUME 10, Nº 1, 1978

EDITORA GOMES DE ASSIS, Lda

Senhores Ministros,
Senhor Presidente da Câmara Municipal
de Lourenço Marques
Meus Senhores,

Com o maior interesse recebo das mãos de VV. Ex.^{as} os documentos resultantes do II Colóquio Nacional de Municípios realizado há meses em Lourenço Marques.

Vou lê-los com atenção. E a mesma atenção lhes será dada, por certo, pelos membros do Governo a quem os assuntos versados directamente digam respeito.

Embora, com muita pena minha, não me haja sido possível anuir, como desejava, ao convite para assistir ao Colóquio, segui dia a dia as notícias das reuniões celebradas, onde representantes dos concelhos portugueses, do Minho a Timor, debateram problemas, encararam dificuldades, confrontaram experiências, aferiram a bondade dos princípios e registaram a variedade dos factos e circunstâncias.

O municipalismo tem na sua base a ideia de que as necessidades peculiares de cada núcleo de vizinhos devem ser consideradas e atendidas pelos próprios vizinhos.

Com o adensamento do povoamento do território, as povoações multiplicaram-se e cresceram as cidades, donde resultou um afrouxamento da antiga solidariedade vicinal. Mas se hoje não existe já, em muitas localidades, a velha intimidade da vizinhança, nem por isso, mesmo nas maiores urbes, decresceu a comunidade dos interesses locais.

Todos os residentes em certa área sentem — e com que intensidade! — as mesmas necessidades colectivas. Todos precisam que as suas casas se integrem em conjuntos airosos e salubres, servidos por redes de comunicações capazes e por transportes regulares, abastecidos de água e de energia eléctrica, dotados de escolas e de comércios, susceptíveis, enfim, de proporcionar as comodidades elementares da civilização moderna.

E se bem que outras entidades e autoridades não possam desinteressar-se dos problemas locais, na medida em que é a soma das localidades que faz a Nação, continuamos a considerar valioso o princípio de confiar aos próprios vizinhos, através dos seus representantes, a primeira linha de luta pela realização daquilo que a eles toca mais de perto.

A extensão e a complexidade dos problemas dos nossos dias não permite, é evidente, que o município seja concebido sobre o modelo medieval ou, sequer, segundo os cânones da sociedade rural que constituímos até ao

começo do século, onde mesmo pequenas cidades e grandes vilas não conseguiam perder o jeito e o perfume campestres.

Nem na sua orgânica, nem nas suas atribuições, nem na sua inserção no Estado, o município de hoje pode escapar aos condicionamentos dos tempos correntes.

Referiu-se o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques ao meu municipalismo: e, de facto, considero-me municipalista. Mas vi essa minha posição fortemente contestada quando em 1936 foi publicado o Código Administrativo cujo primeiro projecto me pertence. Aqueles para quem o municipalismo constituía ainda a sobrevivência romântica de um passado que se julgava glorioso para os pergaminhos locais, olharam para o novo estatuto dos concelhos como para um sacrilégio. Em vez de ressuscitar fórmulas sedições, o Código procurava soluções que vivificassem o município para as tarefas do nosso tempo abrindo-lhe amplas perspectivas de futuro.

Mas ainda hoje há muitas pessoas para quem o ideal seria regressar a modelos tradicionais do século XII ou do século XIX, que em qualquer caso fizeram seu tempo, e que são decididamente incompatíveis com as carências e urgências da administração contemporânea.

É por ser municipalista que, procurando aproveitar as potencialidades reais das instituições concelhias, as libertei de muita velharia que as entorpecia e inutilizava e busquei dar-lhes condições de acção eficiente.

Creio que sob a égide do Código Administrativo vigente, se verificou, na verdade, na metrópole, um surto notável de actividade municipal. E se mais não foi possível

fazer-se, foi porque em matéria financeira existiram e existem embaraços que ao legislador não cabia por si só resolver.

Pelo que respeita ao ultramar também o incremento populacional e a expansão dos padrões de civilização a novas camadas de gente nativa determinou nos últimos quarenta anos uma extraordinária floração de novas povoações, muitas delas condecoradas já, e justamente, com o título de cidades.

E nessas novas povoações, que por toda a parte nos acolhem em terra africana mas com tão típico carácter e donaire português, surgiram concelhos cujos cidadãos tomaram a peito fomentar com sua iniciativa e seu esforço o progresso local.

Aí, em terras de colonização, o município tornou a servir, como nos primórdios da nacionalidade, para ajudar ao desbravamento e ao povoamento do território; e os seus edis têm tido com frequência a alegria de construir novas comunidades e cidades novas, a partir de núcleos ainda há anos quase imperceptíveis na imensidade do sertão.

Aquém e além-mar os municípios estão pois em plena faina de utilidade pública. Não se esgotaram as suas virtualidades. Pelo contrário: a cada passo se revelam possibilidades e formas inéditas de servir a colectividade.

Este Colóquio, realizado numa admirável cidade portuguesa debruçada sobre o oceano Índico, onde o Ocidente se mistura com o Oriente permitindo a convivência pacífica e harmoniosa de gentes das mais diversas etnias, este

Colóquio veio na hora própria e estou certo de que produzirá frutos fecundos.

E foi um exemplo. Mais uma vez se demonstrou ao Mundo, infelizmente surdo e mudo tantas vezes quanto às verdades portuguesas, que Portugal, em todas as paragens onde tremula a sua bandeira, prossegue sem desfalecimentos a missão de fomentar o progresso e de consolidar a paz. Um frémito de trabalho percorre toda a nossa terra. E esse trabalho, condição essencial de enriquecimento da Nação e de melhoria da vida dos seus filhos, esse trabalho prossegui-lo-emos através de tudo, na Europa, na África ou na Ásia, defendendo-o contra quantos queiram impedi-lo ou perturbá-lo, para em toda a parte, nos campos ou nas cidades, prepararmos confiantemente um futuro melhor.

NB



EFG0008513011



S.N.I.